



Nº 10

Outubro

2022

## Na eleição do NUNCA, chegamos ao resultado

*Humberto Dantas*<sup>1</sup>

É a eleição do nunca. Nunca um governador havia sido reeleito no Rio Grande do Sul, nunca o PT, ou mesmo a esquerda, chegara ao segundo turno em um estado superconservador como Santa Catarina, nunca Pernambuco teve protagonismos tão relevantes de mulheres no plano majoritário, com destaque à eleição de uma senadora e ao segundo turno entre Raquel Lira (PSDB), a vencedora, e sua adversária Marília Arraes (Solidariedade). Ademais, algumas sensações de “nunca”, como sentimentos longevos: “nunca” o PSDB perdera São Paulo, algo confirmado desde o primeiro turno, assim como “nunca” havia ocorrido segundo turno na Bahia.

Mas a vida é assim, tradições, tabus e ocorrências seguidas existem para serem quebrados. E alguns foram. No plano presidencial algo desse tipo ocorreria, ou seja, quebra em alguns paradigmas: nunca um presidente perdeu a reeleição, nunca houve virada em segundo turno, nunca Ibope (hoje Ipec em parte expressiva de seu quadro dirigente) e Datafolha erraram pesquisas de véspera de segundo turno na corrida ao Planalto, nunca um candidato derrotado à Presidência deixou de cumprimentar o vencedor e nunca quem venceu a eleição perdeu em Minas Gerais. Por fim, com menos de 40% de ótimo e bom de avaliação, governante algum foi reeleito no plano federal – FHC tinha 43%, Lula 52% e Dilma 40%. Outras máximas são fáceis de serem encontradas com mais atenção. Mas note: algumas dessas situações cairiam.

No pleito mais equilibrado da história do Brasil, o ex-presidente do PT teve 51% dos votos válidos contra seu adversário, o mandatário do PL com 49%. Em volume, estamos falando em 2,1 milhões de eleitores, ou seja, o equivalente a 60% da equilibrada distância de 2014, quando Dilma Rousseff (PT) teve 3,5 milhões de votos mais que Aécio Neves (PSDB). Jair Messias Bolsonaro (PL) perdeu a reeleição

abandonando o primeiro nunca. Sua votação no primeiro turno surpreendeu, pois enquanto muitas das principais pesquisas o colocavam abaixo dos 40% de votos válidos, ele terminou a rodada com 43 pontos. E a partir de então, a despeito das causas que expliquem tal fato, ele acelerou. Nas primeiras pesquisas do segundo turno marcou média de 44% de votos totais na semana de 03 a 09 de outubro, e indicou força. Terminou com 49% dos votos válidos, o que significa que em linhas gerais, arredondando as conquistas, para cada voto conquistado a mais por Lula (PT), que teve 48,5% dos votos válidos no primeiro turno, Bolsonaro conseguiu mais do que dois. Isso é força, e capacidade de jogar com a máquina que sempre beneficia e é explorada pelos políticos brasileiros em geral. Assim, se nem todos mais são reeleitos, algo continua intacto: não existe virada em segundo turno presidencial.

E aqui se faz necessário olhar as pesquisas. Os estudos de véspera mostraram que dentro da margem de erro, o Datafolha acertou a direção e a intensidade do resultado: falava em 52% x 48% e as urnas mostraram 51% x 49%, o Ipec falava em diferença bem maior e aqui caiu mais um nunca, mas na verdade o Datafolha errou 2002. Outras organizações também acertaram esse resultado, mas pesquisa não é casa de aposta, até porque mede o eleitorado como um todo, e nunca o universo que comparece às urnas. Aprendemos bem isso no primeiro turno, assim como vimos mais uma coisa rara nessa eleição: o total de abstenções caiu de 21% para 20,5% do eleitorado no segundo turno, e os votos inválidos ficaram abaixo de 5%. Também entregou a lógica dos eventos esperados,

<sup>1</sup> Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



o eleitorado mineiro. Desde 1989, os vencedores no estado abocanharam o Planalto. Esse ano a virada de Lula sobre Bolsonaro veio apenas no final da apuração e ficou ainda mais justa que o resultado total: 50,2% a 49,8%, ou menos de 50 mil votos.



Por fim, a avaliação de governo e uma das principais questões desse pleito. Tomemos para a análise pesquisas que ocorrem desde 2019 no Brasil, feitas por nove institutos – Ipspe, Ibope/Ipec, Datafolha, MDA, FSB, Poderdata, Paraná e Quaest – em médias móveis de seis estudos. Nunca Bolsonaro teve mais de 40% de avaliações ótimas e boas em toda a série, e nas mais de 250 medições o presidente teve avaliações positivas acima das negativas em somente 11% dos casos. Em resumo:

Jair Bolsonaro foi um presidente frágil, seja por questões como a pandemia, mas também por sua incapacidade de arrefecer conflitos, abrandar convicções e se despir da armadura de eterno candidato. Mas como explicar ter em praticamente todo o segundo turno avaliações médias positivas entre 35% e 37%, e ficar com 49% dos votos? Aqui está algo que precisou de muito investimento: quem passou perto da vitória não foi o presidente, mas sim o candidato. A diferença é expressiva: o postulante ao Planalto distribuiu benesses, fez uso exagerado e tradicional da máquina pública, mas principalmente plantou medo e resistência ao adversário. Ou seja: não foi um discurso associado ao que fez ou poderia ter feito no poder, mas sim uma narrativa do que ocorreria de pior caso seu adversário vencesse. Aqui ganhou protagonismo o debate anticorrupção que ainda atrai parte do eleitorado para o lado de um governo bastante envolvido em suspeitas familiares e públicas de ilícitudes, que teve como adversário um personagem que voltará ao poder carregando consigo um passado bastante atribulado nesse sentido. Mas não foi só: o candidato do PL reeditou pautas assustadoramente antigas e tradicionais a parte dos brasileiros como o medo do comunismo, o terror do fechamento de igrejas, a ideia do aborto etc. O pleito, aqui e em outros instantes, lembrou 2014 quando o PT venceu o PSDB com a campanha dos “fantasmas do passado” e atacou Marina Silva (à época no PSB) com ameaças estranhas associando a fome à autonomia do Banco Central. Naquela

eleição foi possível notar como eleger o medo. Dilma Rousseff (PT) tinha 40 pontos de avaliações positivas, o Brasil vivia a efervescência da antipolítica e as pesquisas mostravam a todo instante que o povo “queria mudança”. E quem estava no poder disse: “muda mais Brasil”, e criando temor, foi mantida por diferença estreita. O que Bolsonaro fez foi muito parecido, mas falhou.

A intensidade, no entanto, foi maior e contaminou a eleição. Estudo do Instituto Paraná divulgado na segunda-feira dia 24 de outubro, mostrava Lula e Bolsonaro empatados em 46% das intenções de voto, e 49% de rejeição. Exatamente isso: o tamanho da negação, nesse pleito, é maior que a capacidade de escolha. Assim, Bolsonaro também passou a simbolizar um medo extremamente explorado pelo PT. As forças se mediram no contraponto extremo ao adversário e o país sai do pleito cindido. Não à toa, Lula e suas falas pós vitória - que não encontrou no derrotado o reconhecimento e os cumprimentos tradicionais, derrubando um gesto fundamental ao conceito de democracia representativa que nunca havia sido quebrado -, falou tanto em Deus e sinalizou para os mais de 200 milhões de brasileiros. Na eleição marcada pela reeleição de 18 governadores em exercício de poder, só não venceu quem está sentado na cadeira do Executivo e tentou se manter lá o paulista, o catarinense e o presidente. No segundo turno todos os mandatários triunfaram, menos Bolsonaro, com a derrota mais apertada do dia.

Em resumo: uma eleição equilibrada, que rompeu máximas, manteve tradições, mas ultrapassou limites institucionais em diversos instantes. O jogo baixo, as mentiras em série vindas de diversos lados sugerem algo adicional: NUNCA foi tão necessário se investir em conscientização, conhecimento político, construção de valores democráticos. O que se espera, a partir de agora, é um país que politicamente arrefeça suas mágoas, e seja capaz de enfrentar seus pleitos vindouros com um pouco mais de maturidade. Em 2022 algo que sempre cobramos ocorreu: a sensação de envolvimento de grandes parcelas do eleitorado foi grande, e isso foi registrado nas pesquisas. Falta agora aprimorar a forma de nosso convívio.

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.